

Paper do NAEA

NAEA 45 anos: uma utopia criadora

Luis E. Aragón¹



RESUMO

Este *paper* é uma visão pessoal sobre os alicerces do NAEA, seus propósitos, sua trajetória, seus alcances e desafios de alguém que acompanhou sua história desde 1976, durante 42 anos, portanto. Auxilia-se com documentos oficiais sobre a criação do NAEA, e textos sobre sua produção e trajetória, escritos por diversos autores, sobretudo, de casa, destacando os elaborados por Armando Mendes. Utopias criadoras são ideias norteadoras em busca sempre de uma “luz no fim do túnel” que mesmo sem ser totalmente alcançada, estimula a criação de novos conceitos e metodologias. Nesse contexto, o NAEA foi concebido como uma instituição integradora do fazer universitário, capaz de romper com estruturas e conceitos vigentes na época ancorados no positivismo. Na construção dessa utopia, o NAEA foi visionado envolvendo três pilares interdependentes que o identificariam e imprimir-lhe-iam personalidade própria. Os três pilares se resumem nos conceitos-chave de Desenvolvimento, Interdisciplinaridade e Amazônia. O desafio, ou utopia criadora, está precisamente em dar novos conteúdos a esses conceitos, e fazer deles ferramentas capazes de se aproximar à realidade amazônica e transformá-la. Após 45 anos, como o NAEA vem respondendo a esse desafio? É o que se pergunta neste *paper*.

Palavras-chave: NAEA. Utopia criadora. Amazônia. Desenvolvimento. Interdisciplinaridade.

¹ Ph.D. em Geografia, professor titular do NAEA/UFPA, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e coordenador da Cátedra UNESCO/UFPA de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This paper is a personal vision of the NAEA's foundations, its purposes, its trajectory, its scope and challenges from someone who has followed its history since 1976, for 42 years, therefore. It is supported by official documents on the creation of the NAEA, and texts on its production and trajectory, written by several authors, especially from home, highlighting those elaborated by Armando Mendes. Creative utopias are guiding ideas always seeking a "light at the end of the tunnel" that even without being fully achieved stimulate the creation of new concepts and methodologies. In this context, the NAEA was conceived as an integrating institution of university doing, able to break with structures and concepts that were then anchored in positivism. In constructing this utopia, the NAEA was envisaged involving three interdependent pillars that would identify it and give it its own personality. The three pillars are summarized in the key concepts of Development, Interdisciplinarity and Amazonia. The challenge, or creative utopia, is precisely to give new contents to these concepts, and make them tools capable of approaching and transforming the Amazonian reality. After 45 years, how has NAEA been responding to this challenge?, is what is asked in this paper.

Keywords: NAEA. Creative utopia. Amazon. Development. Interdisciplinarity.

APRESENTAÇÃO

Em 2018, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), completou 45 anos². Foi um ano de atividades acadêmicas e culturais em comemoração a efeméride. Entre as atividades mais importantes, destacam-se os 26 eventos organizados por grupos de pesquisa do NAEA que compuseram o seminário *Perspectivas Críticas de Desenvolvimento, Gestão Pública, Ambiente e Sociedade*, realizado ao longo do ano, e o *II Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Crítica e Atualização do Debate na Produção do Conhecimento na Amazônia*, realizado como evento de encerramento das comemorações, de 5 a 7 de dezembro. Uma das mesas redondas do simpósio tratou dos *Desafios da Pesquisa Interdisciplinar sobre o desenvolvimento: Perspectivas para o NAEA no Século XXI*, da qual tive o privilégio de participar. Este artigo toma como base a minha apresentação nessa mesa redonda.

Desse modo, o texto é uma visão pessoal sobre os alicerces do NAEA, seus propósitos, sua trajetória, seus alcances e desafios, de alguém que acompanhou sua história desde 1976, durante 42 anos, portanto. Auxilia-se com documentos oficiais sobre a criação do NAEA, e textos sobre sua produção e trajetória, escritos por diversos autores, sobretudo, de casa, destacando os elaborados por Armando Mendes.

UMA UTOPIA CRIADORA

Quando o NAEA completou dez anos, em 1983, Armando Mendes escreveu o artigo *NAEA: os primórdios*, publicado em 2008. O artigo abre com esta instigante afirmação: “Talvez a única afirmativa categórica que se possa assumir em relação ao NAEA seja esta: - O NAEA é uma utopia, não existe” (MENDES, 2008, p. 97).

Em que sentido Armando Mendes se referia ao NAEA como uma utopia? A resposta está numa reflexão anterior quando ele afirmava que “Nas ciências sociais, fazer ciência é, de algum modo, recorrer a utopias. Não utopias do tipo da que nos legaram a Antiguidade, a Idade Média, a Renascença, ou mesmo a Idade Moderna na linha do “socialismo utópico” [mas] Utopias, no sentido de idéias reguladoras, visões do mundo, ancoradouros, bases, concepções de vida” (MENDES, 1981, p. 19). São ideias norteadoras em busca sempre de uma “luz no fim

2 O primeiro regimento do NAEA foi aprovado pelo Conselho Superior Universitário (CONSUN) da UFPA por meio da Resolução no 080 de 6 de março de 1972. Porém, começou a funcionar efetivamente a partir do primeiro FIPAM inaugurado em fevereiro de 1973. O desenvolvimento do NAEA, na instituição de hoje, é o resultado do trabalho de todos os que aqui laboram e laboraram. Todos os dirigentes contribuíram para superar obstáculos presentes nas respectivas épocas, porém, nessa história, duas pessoas se destacam pela dedicação durante suas vidas ao fortalecimento institucional e acadêmico desta nova unidade dentro da UFPA que surgia como verdadeiro desafio ao *status quo*: Os professores Armando Dias Mendes (1924-2012) e José Marcelino Monteiro da Costa (1935-2013). O Prof. Armando Dias Mendes, primeiro diretor do NAEA, com sua defesa incansável em prol do NAEA e de sua qualidade e identidade, desde a primeira ideia de sua criação, nas mais diversas posições ocupadas na universidade e no país, nas suas publicações e debates onde defendia os princípios norteadores, a história e os desafios do NAEA. Igualmente, o Prof. José Marcelino Monteiro da Costa, diretor do NAEA durante 10 anos (1973-1983), no trabalho cotidiano, especialmente com seu esforço por levar à frente as diversas atividades do NAEA para fortalecê-lo institucionalmente, sem distorcê-lo de sua concepção original, suas lutas pela qualidade do ensino e da pesquisa realizadas no NAEA, pelo enriquecimento da biblioteca e pela melhoria e aumento de seus quadros docente e discente e aquisição e ampliação de infraestrutura física adequada para as labores do NAEA.

do túnel” que, mesmo sem ser totalmente alcançada, estimula a criação de novos conceitos e metodologias. Nesse contexto, o NAEA foi concebido como uma instituição integradora do fazer universitário, capaz de romper com estruturas e conceitos vigentes na época ancorados no positivismo. Na construção dessa utopia, o NAEA foi visionado envolvendo três pilares interdependentes que o identificariam e imprimir-lhe-iam personalidade própria. Os três pilares se resumem nos conceitos-chave de Desenvolvimento, Interdisciplinaridade e Amazônia. O desafio, ou utopia criadora, está precisamente em dar novos conteúdos a esses conceitos, e fazer deles ferramentas capazes de se aproximar à realidade amazônica e transformá-la. Após 45 anos, como o NAEA vem respondendo a esse desafio?

DESENVOLVIMENTO

No que se refere a desenvolvimento, a proposta quando da criação do NAEA, era redefinir o conceito de desenvolvimento atrelado, na época, à ideia de crescimento econômico. O conceito de desenvolvimento restringia-se, portanto, somente à dimensão econômica, deixando de lado outras dimensões. Era uma concepção derivada da revolução industrial quando a própria visão de mundo muda radicalmente, passando de uma visão fundamentada na fé, para uma visão racional onde a ciência é considerada capaz de resolver todos os problemas da sociedade. Era o grande salto histórico do século XVIII, conhecido como iluminismo (CASTRO et al., 2018).

A proposta de criação do NAEA foi uma resposta a certas perguntas perturbadoras que surgiam como reação a essa visão iluminista da ciência e do desenvolvimento que tinha dominado os conteúdos e as estruturas das universidades brasileiras. Na crítica de Armando Mendes, a ciência, definida como o entendimento da realidade de forma objetiva e racional, por meio do método científico, convertera-se na

religião do homem contemporâneo. Só o que é científico tem foros de verdade e direito à luz. Da ciência espera-se resposta para todas as angústias e anseios humanos. A ciência solverá todos os problemas, superará todos os desafios, suprirá todas as carências, suprimirá todas as alienações, sustará todos os desesperos, suspenderá todos os erros e imperfeições. Fala-se, explícita ou implicitamente, numa “salvação pela ciência” [e] Pretende-se que só o experimental e mensurável é científico (MENDES, 1980, p. 75-76).

Contudo, dúvidas emergiram na medida em que velhos paradigmas eram incapazes de responder a questões críticas da sociedade. O papel e sentido da própria ciência entraram em questão e perguntava-se ciência para quem? e, é possível explicar e controlar tudo através da ciência? Até a própria Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) perguntava na reunião anual de 1981, “ciência para quê e para quem?” (MENDES, 1981, p. 13).

Certamente não se questionava (nem se questiona) a objetividade da ciência nem o rigor do método científico, mas sim as limitações da ciência e a responsabilidade ética dos cientistas. A transposição mecânica do método científico das ciências exatas e naturais para as ciências da sociedade mostrou-se limitada para explicar a complexa realidade social. Percebeu-se que a realidade social não podia ser reduzida somente ao quantificável; não tudo o social era quantificável, e, aquilo quantificável não sempre era o mais importante na pesquisa social (ARAGÓN, 2001). Consequentemente, técnicas alternativas ou complementares às quantitativas fortaleceram-se na metodologia de pesquisa nas ciências sociais e, por

consequente, valorizaram-se as técnicas qualitativas, o trabalho de campo, a iconografia, a análise de conteúdo e outras.

Nesse contexto transferiu-se, também, de forma acrítica, das ciências naturais, especialmente da biologia, para as ciências da sociedade, o conceito de desenvolvimento, entendido como um processo de crescimento contínuo e inexorável, sendo tal crença apropriada principalmente pela economia, a qual “está ligada à concepção histórica de progresso, ou seja, de progresso civilizatório, entendendo-o como o “caminho natural” para todas as sociedades”, passando-se, então, a acreditar que o crescimento econômico seria capaz de melhorar as condições sociais como um todo e que seus ganhos fluiriam pelas diversas camadas sociais para benefício de toda a população (CASTRO et al., 2018, p. 6). Tal crença gerou as bases de inúmeros modelos, fórmulas, planos, estratégias, e outras medidas econômicas direcionadas para alcançar o desenvolvimento de sociedades, países e regiões. Percebeu-se, entretanto, que os preconizados ganhos do crescimento não sempre (ou muito pouco) fluíam para as camadas sociais menos favorecidas, levando, em vista disso, a argumentar-se que para o crescimento econômico gerar desenvolvimento, seus efeitos teriam que ser “qualitativamente bons, quantitativamente suficientes e equanimemente partilhados”, chegando-se, portanto, a se questionar, ao final “a quem serve [ou deveria servir] o desenvolvimento?” (MENDES, 1987, p. 94). De fato, como argumenta Armando Mendes, do processo de desenvolvimento participam

seres humanos reais, atuais, iguais em direitos e deveres. Mas participam como fator e fruto do processo. O que se desenvolve não é a técnica, ou a ciência, ou a política, ou a economia, mas o Homem – o resto são ferramentas, bem ou mal usadas. A construção do desenvolvimento é a construção do próprio Homem. Por isso o Homem é histórico, embora não ao ponto de ignorar sua continuidade essencial, desprezar o legado de seus antepassados e apagar a memória construída por séculos e milênios. Assim, pois, o processo de desenvolvimento não pode ser a opressão do homem, mas algo sobre o qual exerce sua impressão. O crescimento sem fim, erigido em valor supremo, oprime o homem. O desenvolvimento integral do homem, ao contrário, imprime a sua marca no mundo. Desenvolver é, em suma, confiar no homem e conferir-lhe o direito de eleger seu destino, desenhar seu futuro, escolher seus caminhos, estabelecer seu ritmo, dosar seus passos e selecionar seus resultados (MENDES, 1987, p. 95).

E nesse sentido, Castro et al. (2018, p. 16) argumentam que:

o debate sobre desenvolvimento implica uma leitura crítica do processo de estruturação do pensamento ocidental, suas matrizes teóricas, ideológicas, seus crivos políticos e sua intencionalidade, mais preponderante e veloz a partir do capitalismo industrial. Essa é a razão pela qual o tema do desenvolvimento e das formas de apropriação da natureza se constitui como um campo complexo à compreensão, uma vez que para além do debate acadêmico e de formulação de estratégias e ações governamentais, implica um projeto bem concreto de sociedade.

Foram desses questionamentos relacionados à ciência e ao desenvolvimento, in voga nas décadas de 1960 e 1970, e da necessidade de se estudar Amazônia de forma crítica e sistemática, que surgiu a ideia de criar o NAEA, em meio ao movimento de 1968³, que clamava por uma reforma universitária.

3 Segundo Armando Mendes, a ideia do NAEA remonta-se à criação na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais da UFPA, em 1961, do Setor de Estudos, Treinamento e Aplicação (SETA), ainda que seu nome apareça pela primeira vez somente em 1969 no *Plano de Estruturação da UFPA* que foi submetido ao Conselho Federal de Educação (CFE), “e por este integralmente aceito. Nesse Plano aparece pela primeira

Aquele grande movimento, que contou com amplo apoio popular, permitiu que, durante meses, estudantes e professores, debatessem nas faculdades ocupadas, nas praças, nas casas, em grupos, em assembleias, pessoalmente ou pela imprensa, o processo social e a universidade, o sentido da educação e a maneira como deveria ser a formatação das novas gerações de amazônidas (TURENKO, 2008, p. 102).

E foi precisamente no âmbito desse movimento que emerge na antiga Faculdade de Ciências Econômicas da UFPA, a proposta de criação do NAEA feita por Comissão Paritária de professores e estudantes escolhida em assembleia geral de discentes e docentes⁴. A referida proposta, aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral da Comunidade Universitária, foi incluída na reforma universitária e tramitada nas diversas instâncias, sendo o primeiro regimento do NAEA aprovado em março de 1972 e o Núcleo instalado em fevereiro de 1973 (COSTA, 2008).

O longo período que levou desde a proposta, formulação e aprovação do órgão, e a preparação, elaboração, e início dos primeiros programas do NAEA, fizeram que ele se firmasse, desde o início, como uma grande inovação, pioneira, na formação pós-graduada e pesquisa avançada nas universidades brasileiras.

Conforme seu primeiro regimento, os objetivos fundamentais do NAEA foram definidos como (UFPA, 1972a):

- a) – o treinamento de pessoal, em nível de pós-graduação, visando, em particular, a identificação, descrição, análise, interpretação e solução dos problemas regionais amazônicos;
- b) – a pesquisa, notadamente em assuntos de natureza sócio-econômica relacionados com a região;
- c) – a informação, através da coleta, elaboração, processamento e divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região (destaques no original).

O primeiro regimento do NAEA representa, pois, a culminação dos esforços realizados desde a proposta da Comissão Paritária de 1968. Já em 1970, antes mesmo de o Núcleo ser regulamentado, a Reitoria da UFPA criou por meio da Portaria no 915/1970, um Grupo de Trabalho⁵, diretamente subordinado ao Reitor, “para propor e adotar as providências preliminares indispensáveis à elaboração do Programa de Atividades do NAEA” (COSTA, 2008, p. 14). Todos esses esforços resultaram na elaboração dos documentos de concepção original do NAEA, abrangendo os projetos, então considerados prioritários, para o funcionamento do órgão, datados de 1972 (UFPA, 1972b). Para cada objetivo foi definido um projeto a ser

vez o nome de identificação - NAEA - *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*, bem como sua função e inserção na nova estrutura da Universidade. É o seu certificado de batismo” (MENDES, 2011, p.11) e tudo aquilo que foi aceito pelo CFE referente ao NAEA foi incorporado no estatuto e regimento da UFPA de 1970 (UFPA, 1971).

4 A Comissão Paritária foi integrada pelos professores Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Rui Barreiros da Rocha e os estudantes Aleksei Turenko Júnior, Maria de Lourdes Medeiros e Sebastião Ramalho (COSTA, 2008, p. 13).

5 Segundo a Portaria no 915/1970, integraram esse Grupo de Trabalho os então denominados sub-reitores Armando Dias Mendes, Maria Anunciação Chaves e Nelson de Figueiredo Ribeiro, e os professores José Marcelino Monteiro da Costa, Ramiro Fernandes Nazaré e Adriano Velloso de Castro Menezes, com a participação de Manoel Orlando Ferreira (da Confederação Nacional das Indústrias), sob a Presidência de Armando Dias Mendes (UFPA, 1970).

executado de forma integrada e coordenada entre si, os quais deveriam ser aperfeiçoados ao longo dos anos. Analisando a concepção básica desses projetos, o conceito-chave de desenvolvimento perpassa todos eles.

No referente ao treinamento, foi formulado e implementado o primeiro curso de *Formação Internacional de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas* (FIPAM)⁶, iniciado em fevereiro de 1973, enfatizando, portanto, o desenvolvimento (UFPA, 1972b). Era um curso *lato sensu*, para a época, *sui generis*, principalmente pelo seu caráter interdisciplinar e internacional, composição de seu corpo docente e discente, e currículo, mas já pensando no mestrado, como bem o anunciava Armando Mendes na aula inaugural do curso: “O FIPAM é um sub-programa de treinamento e a primeira iniciativa com vocação para Mestrado que a UFPA inicia” (MENDES, 1973). E efetivamente após quatro anos de FIPAM, em 1977, e com a experiência acumulada, inicia-se o curso de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), um dos primeiros, se não o primeiro curso de mestrado interdisciplinar do país.

Destaque-se também como iniciativa inovadora o estabelecimento no currículo do FIPAM da atividade denominada “Laboratório de Pesquisa”, com carga horária de pelo menos 50% do total de horas do curso⁷, formando grupos de trabalho interdisciplinares, onde se elaboravam as monografias e se debatiam questões relacionadas ao desenvolvimento, à metodologia científica, e à Amazônia (SÁ, 1974)⁸. Pelo menos nas quatro primeiras edições do curso todas as monografias foram produzidas em grupo, como resultado dos trabalhos realizados no Laboratório de Pesquisa e todas elas tratavam de políticas de desenvolvimento regional (SANTOS; MOREIRA, 2000).

No referente à pesquisa foi formulado um amplo programa denominado Projeto Amazônia (PROAM). Diz o documento do Projeto Amazônia:

O escopo maior que visualizamos para a atuação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos [...] é o de montar um sistema objetivando o que, num aparente jogo de palavras, poderíamos denominar de um programa de desenvolvimento de pesquisas para a pesquisa do desenvolvimento. O nosso objetivo está no futuro de curto e médio prazo, a partir, naturalmente, da compreensão da Amazônia dos nossos dias e dos fatores que a conduziram até a situação atual, suas possibilidades para a frente, no tempo, e a exequibilidade de atuar sobre eles (UFPA, 1972b) (destaques no original).

Ou seja, centrar as pesquisas realizadas no Núcleo no conceito-chave de desenvolvimento, tomando como eixo central aquilo que atinge a Amazônia.

6 Nome assumido a partir do II FIPAM. O primeiro denominava-se Programa Internacional de Formação em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (MUNÉVAR BARRETO; DURÁN MELÉNDEZ, 1989, p. 39; REIS, 2004, p. 57).

7 O FIPAM foi originalmente estruturado para um período de 10 meses, em tempo integral, com carga horária total de 1.408 horas, sendo 780 horas (55,40%) alocadas para o Laboratório de Pesquisa (UFPA, 1972b), mas o curso sofreu diversos ajustes ao longo dos anos.

8 Samuel Sá foi um dos professores que mais incentivou e contribuiu à formulação e implantação do Laboratório de Pesquisa do FIPAM/NAEA e iniciativas semelhantes em outros programas (SÁ, 1974, 1987ab, 1993, SÁ et al., 1992).

O terceiro objetivo do NAEA referia-se a fazer do NAEA uma base de documentação e informação por meio da coleta, elaboração, processamento e divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região (UFPA, 1972b). Seria o suporte técnico-científico das pesquisas realizadas no NAEA e alhures sobre a realidade e o desenvolvimento da Amazônia. Mas para isso a iniciativa não deveria reduzir-se somente a ter uma boa biblioteca: “a informação nos tempos modernos tem nova dimensão e novo conceito. Ela não pode ser, como antigamente, guardada ou acumulada em bibliotecas ou arquivos esperando o pesquisador. Deve, ao contrário, ser reunida, processada e preparada para alcançar o usuário num processo de agressão constante” (UFPA, 1972b). Apontar isso em 1972 é realmente inovador, considerando a dinâmica que tomaram atualmente os centros de documentação e os sistemas de informação.

E a questão do desenvolvimento sustentável?

Os primeiros anos do NAEA coincidiram com uma série de acontecimentos em nível mundial que questionavam o processo de desenvolvimento em curso, fundamentado na aceleração do crescimento econômico e a exploração predatória da natureza, e demandavam a incorporação da dimensão ambiental como componente fundamental nos modelos de desenvolvimento. Essas ideias em circulação em nível global foram paulatinamente absorvidas nos programas do NAEA, quando se debatiam as políticas de integração e desenvolvimento da Amazônia e se buscavam alternativas ao processo em andamento.

O Clube de Roma, integrado por renomados cientistas, empresários, políticos, e outras pessoas ilustres, criado em 1968, debatia desde então assuntos de interesse global e apontava a contradição do crescimento econômico ilimitado baseado na exploração contínua dos recursos naturais, quando a própria Terra era um sistema fechado, questionamentos que se plasmaram na publicação do clássico *Os limites do crescimento* em 1972, elaborado por uma equipe do Massachusetts Institute of Technology (MIT), conhecido também como *Relatório do Clube de Roma e Relatório Meadows* (MEADOWS et al., 1972). O relatório tratava dos problemas mais cruciais relacionados com a sobrevivência da humanidade, concluindo que, se as tendências de crescimento se mantiverem, mesmo levando em conta o avanço tecnológico, o Planeta Terra não suportaria a pressão crescente sobre os recursos naturais e energéticos, e à poluição ambiental, e recomendava como as questões mais urgentes a serem resolvidas o controle do crescimento demográfico, o controle do crescimento industrial, a insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento de recursos naturais.

Nesse mesmo ano (1972), realiza-se em Estocolmo a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano da qual participaram representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais, e vários organismos das Nações Unidas⁹. Em que pese a clara divisão entre as posições de países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento em

9 Não se pode concluir que a criação do NAEA seja resultado dessa Conferência. Conforme Armando Mendes “começou a circular a interpretação de que o NAEA foi como que um subproduto da Conferência Estocolmo 72. Nada mais equivocado. Como fica demonstrado, o NAEA foi concebido e partejado pela inteligência amazônica, motu proprio. Os dois processos correram em paralelo, numa época, recorde-se, em que não havia internet, Google, i-Pods e outras maravilhas da comunicação instantânea. A Estocolmo 72 só começou a repercutir aqui ao fim de 73, coincidindo com o encerramento do FIPAM-I e a redação de *A Invenção da Amazônia*. O material reunido [em cidadela transversa] deixa incontroverso que a concepção, gestação e parturição do NAEA consumiram mais de três anos de intenso trabalho de proposta, debates, correção, testes, seleção, convocação, contratação no Brasil e no exterior, e instalação, até a aula inaugural em fevereiro de 1973” (MENDES, 2011, p. 3).

relação ao avanço da industrialização e suas consequências nocivas ao meio ambiente, essa conferência revolucionou o conceito de meio ambiente ao considerar o homem como parte integrante do mesmo, proclamando, entre outras coisas, que:

Man is both creature and moulder of his environment, which gives him physical sustenance and affords him the opportunity for intellectual, moral, social and spiritual growth. In the long and tortuous evolution of the human race on this planet a stage has been reached when, through the rapid acceleration of science and technology, man has acquired the power to transform his environment in countless ways and on an unprecedented scale. Both aspects of man's environment, the natural and the man-made, are essential to his well-being and to the enjoyment of basic human rights the right to life itself (UNEP, 1972)¹⁰.

Por conseguinte, a Declaração aprovada na Conferência de Estocolmo representou “um paradigma e referencial ético para toda a comunidade internacional, no que tange à proteção internacional do meio ambiente como um direito humano fundamental de todos nós” (MAZZUOLI, 2004, p. 105). Pela primeira vez, em âmbito mundial, reconhecia-se ao homem como destinatário final do desenvolvimento e ao mesmo tempo também responsável pela destruição do meio que o rodeia, reconhecimento que demanda cuidados especiais para o aproveitamento da natureza em prol do bem-estar humano, sem destruí-la (PASSOS, 2009).

Um dos resultados práticos da conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairobi (Quênia), com a incumbência de coordenar as ações da ONU sobre meio ambiente. E foi precisamente no decorrer da primeira reunião do Conselho Administrativo do PNUMA, reunida em Genebra (Suíça) em junho de 1973, que Maurice F. Strong, Diretor Executivo desse Programa, lança a ideia de ecodesenvolvimento e que Ignacy Sachs¹¹ define e divulga mundialmente. O título do livro de Ignacy Sachs (1986),

¹⁰ Tradução livre: “O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma”. Esta tradução encontra-se disponível em: <https://www.apambiente.pt/zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972DeclaracaoEstocolmo.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

¹¹ Segundo a Wikipedia, Ignacy Sachs nasceu em Varsóvia, em 1927. É um economista polonês, naturalizado francês. Também é referido como ecossocioeconomista, por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental. Há mais de trinta anos Ignacy Sachs lançou alguns dos fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política. Suas ideias são hoje mais claramente compreendidas, no cenário das mudanças climáticas e da crise social e política mundial. Em 1941, refugiado da Segunda Guerra Mundial, Sachs chegou ao Brasil, onde permaneceu até 1954 e graduou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro (atualmente integrada à Universidade Cândido Mendes). Voltou a Polônia no pós-guerra e lá trabalhou no Instituto de Relações Internacionais. Entre 1957 e 1960, esteve na Índia como funcionário da Embaixada da Polônia. Nesse período obteve seu doutorado na Escola de Economia da Universidade de Délhi. Ao retornar à Polônia, foi encarregado de criar um centro de pesquisas sobre as economias de países subdesenvolvidos, na Escola de Planejamento e Estatística de Varsóvia. Em 1968 foi convidado por Fernand Braudel para integrar o corpo docente da futura École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), onde criou, em 1985, o Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain [Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo], do qual é atualmente um dos diretores. Trabalhou na organização da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, durante a qual foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nessa época, a partir de uma proposta do secretário da Conferência, Maurice Strong, Ignacy Sachs formulou o

Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir, resume a ideia: um estilo de desenvolvimento onde o crescimento seja baseado nas próprias potencialidades naturais e culturais de um país ou região que enfatize o nível local, o autóctone, o desenvolvimento endógeno sem as amarras de dependências externas, a participação comunitária, e o equilíbrio ambiental, tudo com o propósito de elevar a qualidade de vida das sociedades envolvidas.

O movimento ambientalista em nível global e nacional se fortalece a partir da Conferência de Estocolmo, destacando questões como contaminação ambiental, clima, e proteção das florestas, em especial das florestas tropicais. Nesse contexto, a Amazônia ganha visibilidade mundial e às críticas as políticas públicas sobre a Amazônia brasileira tomam força. Surge, então, por iniciativa do governo brasileiro, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado pelos oito países amazônicos em 3 de julho de 1978¹², determinando que:

As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios (MRE, 1978).

Claramente, o TCA representa o reconhecimento da necessidade da cooperação internacional para garantir a soberania dos países signatários sobre seus respectivos territórios amazônicos, ao mesmo tempo em que absorve as ideias de ambiente humano e de desenvolvimento propagadas pela Conferência de Estocolmo, e nesse sentido, em que pesem as dificuldades, de diversa ordem, enfrentadas para operacionalizar suas ações (ROMAN, 1998), o NAEA passa a ser “instrumento efetivo do Tratado de Cooperação Amazônica” (COSTA, 2008, p. 17).

Por outro lado, mesmo com o TCA assinado, durante a década de 1980 intensificam-se as pressões internacionais, especialmente sobre o Brasil, referente à destruição da floresta amazônica e a violação dos direitos humanos dos índios da região que até a própria soberania do país sobre a região entra em questão. Nesse sentido, especialmente na década de 1980 e inícios da de 1990, comentários preocupantes sobre a internacionalização da Amazônia circularam ao redor do mundo, como, por exemplo (CHAGAS, 1997; MENDES, 2001, p. 23-24):

- 1983 - Margaret Thatcher, Primeira Ministra britânica: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”.
- 1989 – Al Gore, Vice-Presidente dos Estados Unidos: “Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”.
- 1989 – François Mitterrand, Presidente da França: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”.
- 1989 – Parlamento italiano: “A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo”.

conceito de ecodesenvolvimento que, anos depois, daria origem à expressão desenvolvimento sustentável. Ignacy Sachs foi também conselheiro especial da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. É autor de mais de 20 livros sobre desenvolvimento e meio ambiente. Uma síntese da vida e obra de Ignacy Sachs foi elaborada por Yvan Guillard (1993), escrita na base de conferência de Guillard, proferida no NAEA.

12 São signatários do TCA: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A Guiana Francesa (Departamento Ultramarino Francês), por não ser independente não é signatária desse tratado.

- 1989 - Grupo dos Cem, Cidade do México: “Só a internacionalização pode salvar a Amazônia”.
- 1992 – Mikhail Gorbachev, Presidente da então União Soviética: “O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”.
- 1992 – Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, Genebra: “A Amazônia é um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países [amazônicos] é puramente circunstancial”.

A intensificação do movimento ambientalista ao redor do mundo, os protestos contra a destruição das florestas tropicais, e a necessidade urgente de controlar os impactos negativos da industrialização, entre outros fatores, levaram as Nações Unidas a convocar, após 20 anos da Conferência de Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro (comumente chamada de Rio 92) à qual acudiram representantes de 172 países, ONGs, organismos multilaterais e outras instituições. Uma das razões para a conferência ter se realizado no Brasil foi a questão amazônica.

Um dos resultados mais importantes da Rio 92 foi a incorporação nas conclusões da Conferência do termo “desenvolvimento sustentável”, lançado em 1987, no Relatório Brundtland ou *Nosso Futuro Comum* (UN, 1987), e propalado mundialmente após a conferência. A partir da Rio 92, a ideia de desenvolvimento sustentável espalhou-se pelo mundo, sendo definido de muitas maneiras e usado nas mais diversas atividades humanas conforme os interesses de cada um.

Entre os diversos estudiosos que abordam a questão do desenvolvimento sustentável, Ignacy Sachs, partindo da definição concebida em *Nosso Futuro Comum* como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades, propõe que para lhe dar conteúdo, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser considerado como o desenvolvimento socialmente *inclusivo*, ambientalmente *sustentável*, e economicamente *sustentado* no tempo, sendo que o desafio consiste em encontrar modelos que atendam às três condições simultaneamente (SACHS, 2004)¹³.

Entre os inúmeros eventos que se sucederam a Rio 92, a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), realizou no âmbito de sua III Assembleia Geral, em Manaus, de 13 a 19 de junho de 1992, ou seja, um dia após do encerramento da Conferência de Rio, uma Conferência de *follow-up* da Conferência de Rio, sob os auspícios da UNESCO e outros organismos, com referencial teórico e participação de Ignacy Sachs, intitulada *Conference on Environmentally Sound Socio-Economic Development in the Humid Tropics*¹⁴. Portanto, a Conferência de Manaus buscava formas de “transformar em ações as recomendações da Agenda 21 adotadas na Conferência de Rio” (CLÜSENER-GODT; SACHS, 1995, p. 2). Um dos mais importantes resultados da Conferência de Manaus foi a criação do Programa de

13 Desde a Rio 92, os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável são comumente utilizados como sinônimos, mas não há consenso sobre o assunto. Uma síntese das diferenças entre os dois conceitos encontra-se em Araújo et al. (2014).

14 Tradução livre: *Conferência sobre Desenvolvimento Socioeconômico Ambientalmente Adequado nos Trópicos Úmidos*.

Cooperação Sul-Sul sobre Desenvolvimento Socioeconômico Ambientalmente Adequado nos Trópicos Úmidos, mais conhecido simplesmente como Programa Sul-Sul, sob os auspícios do Programa MAB/UNESCO, da Universidade das Nações Unidas, e da Academia de Ciências do Terceiro Mundo¹⁵. Um componente importante desse programa era o fortalecimento da capacidade científica nos Trópicos Úmidos. Nesse sentido, foi considerada a proposta de se estabelecer um programa de doutorado em meio ambiente e desenvolvimento dos Trópicos Úmidos, sendo apontado o NAEA como a instituição com melhores capacidades para estabelecimento do mesmo (CLÜSENER-GODT; SACHS; UITTO, 1992, p. 62). Portanto, o Programa Sul-Sul facilitou as negociações para a implementação no NAEA do doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido¹⁶ em 1994, sendo que Ignacy Sachs proferiu a aula inaugural do primeiro curso em 16.08.1994¹⁷.

Pode-se concluir, portanto, que hoje, após 45 anos de existência do NAEA, o conceito de desenvolvimento permanece como seu mote, seu carro chefe, mas sempre tendo um olhar crítico. O NAEA nasceu em plena ditadura militar, mas as primeiras monografias do FIPAM são críticas contundentes e fundamentadas às propostas de desenvolvimento da região. Buscavam-se alternativas. Hoje os cursos do NAEA, assim como teses, dissertações, livros, artigos e eventos centram-se, de forma crítica como outrora, no estudo dos processos de desenvolvimento, agora, abordando a questão da sustentabilidade.

INTERDISCIPLINARIDADE

Estudar o conceito de desenvolvimento de maneira holística exige que ele se aborde de forma interdisciplinar. Ninguém é “dono” do conceito, não pode ser o campo de nenhum ramo particular do conhecimento, todo mundo tem algo a contribuir desde seus próprios campos do saber, “mas novas práticas de trabalho em grupo, e novas atitudes de parte dos especialistas tornam-se igualmente fundamentais: disposição de trabalhar em conjunto, reconhecimento de limitações, abertura à crítica, e vontade de aprender com outros” (ARAGÓN, 2013, p. 292).

A *interdisciplinaridade* é, pois, o segundo pilar do NAEA que acompanha sua história desde sua própria concepção (BASTOS et al., 2010). Desde o princípio, os programas do NAEA foram concebidos como uma forma de contornar a fragmentação do conhecimento pela divisão da ciência em múltiplos campos do saber cada vez mais específicos. O NAEA devia, portanto,

15 Para maiores informações sobre os resultados do Programa Sul-Sul, consultar Clüsener-Godt (2004); Aragón e Clüsener-Godt (2003) e Aragón (2001, p. 11-20; 2005; 2016, p. 90-101).

16 O título outorgado é: doutor em ciências: desenvolvimento socioambiental.

17 Ver registro fotográfico, disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/45anos/index.php/galeria>. Acesso em: 4 jun. 2019.

assumir a responsabilidade de tentar uma experiência difícil mas intransferível: a de pensar e agir num contexto multi, inter, ou transdisciplinar. Não se voltava ele, especificamente, como a grande maioria dos seus congêneres daquém e dalém-mar, para uma área particular da ciência ou da atividade profissional – nem mesmo no campo abrangente das Ciências Sociais ou do Homem. Seu título já refletia esse descompromisso com o tópico. Sua ambição era, desde o nascedouro, muito mais utópica. Pretendia-se, em resumo, por em contato e promover a interfecundação mútua dos especialistas dos muitos saberes compartimentados, para debruçarem-se em conjunto sobre a esfinge amazônica na busca comum de sua decifração (MENDES, 2008, p. 98-99).

Era, realmente, uma missão e tanto, uma verdadeira utopia criadora! Missão que até hoje desafia todos os programas e os profissionais que aqui trabalham e estudam. E é que, como afirma Castro (1996, p. 4), “Con el tiempo parece que el universo cognoscitivo fue dividiéndose en “provincias” - y después en “estados”, con provincias dentro de ellos y subdivisiones dentro de esas provincias - gobernadas por “profesionales” celosos de los límites de su territorio.” Ao contrário, a interdisciplinaridade envolve ações de unir, articular, integrar e relacionar conhecimentos para entender e solucionar problemas complexos e socialmente úteis e representa, portanto, uma ameaça e ao mesmo tempo uma alternativa face à fragmentação do conhecimento para melhor se aproximar da realidade (MENCHACA DÁVILA, 2005).

Nesse contexto, desde os primeiros exercícios, o NAEA enfrenta o desafio de produzir conhecimento de forma interdisciplinar. Os primeiros FIPAM, com seus corpos docente e discente compostos de profissionais de várias áreas de conhecimento, com seu Laboratório de Pesquisa e suas monografias produzidas em grupo, e o primeiro grande projeto de pesquisa desenvolvido pelo NAEA, “Colonização não-dirigida na Belém-Brasília (com vistas a um modelo alternativo de colonização)”¹⁸ são mostras claras desses esforços interdisciplinares.

Outro exercício interdisciplinar foram os *seminários e debates*, durante a década de 1980, onde um pesquisador era incitado a preparar um determinado tópico (problema) e debatê-lo em seminário interno com colegas interessados na mesma temática, mas não necessariamente da mesma área de conhecimento, e tanto o *paper* principal como as contribuições dos debatedores eram publicados na série *Seminários e Debates*¹⁹. Essa série era uma forma de divulgar a produção das mais recentes pesquisas que estavam sendo desenvolvidas no Núcleo. Também a publicação da série *Cadernos NAEA* representa exercícios interdisciplinares ou multidisciplinares.

Essas duas séries deram origem às atuais revistas do NAEA, respectivamente, os *Papers do NAEA* e os *Novos Cadernos NAEA*. O *Seminários e Debates* foi uma prática salutar e produtiva, mas ela foi suspensa, e como consequência, a série *Seminários e Debates* também deixou de existir. Foi resgatada em 1992, seguindo o formato das revistas científicas, como a série *Papers do NAEA*. Na nova série o objetivo de divulgar a produção do NAEA manteve-se, e é amplamente consultada gratuitamente on-line. A série *Papers do NAEA* publica

18 Sobre os resultados do Projeto “Colonização não-dirigida na Belém-Brasília”, consultar os quatro volumes das obras do Prof. Jean Hébertte (2004).

19 Um desses eventos foi realizado em novembro de 1980, onde se debateu o problema da “Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas”, de autoria de Carlos Coimbra e como debatedores, Benedito Nunes, Samuel Sá, Nazareno Noronha e Armando Mendes (COIMBRA, 1980).

seus números em fluxo contínuo, e acumula um acervo importante. Em 1992 apareceu o primeiro número e até dezembro de 2018, tinham sido publicados 400 números, incluindo *papers* de praticamente todos os professores do NAEA e de muitos alunos e ex-alunos.

A série *Papers* do NAEA é voltada, portanto, principalmente para a divulgação ágil da produção científica da instituição. Ali se publicam conferências, resultados de pesquisa empírica, revisões teórico-metodológicas, e outras produções de autoria de estudantes e professores em coautoria ou não, e de convidados. Já os *Novos Cadernos NAEA*, de forma diferente dos *Papers* do NAEA, é uma revista periódica semestral (duas vezes ao ano), por intermédio da qual o NAEA atrai atenção nacional e internacional. Por meio dela trata-se de valorizar a instituição externamente atraindo autores externos ao NAEA. A revista *Novos Cadernos NAEA* surgiu da série *Cadernos NAEA*, que foi publicada de 1976 a 1994, chegando a 12 números. O primeiro número de *Novos Cadernos NAEA* é de 1998, e até dezembro de 2018, foram publicados 21 volumes e 47 números.

Mas esses são somente alguns exemplos dos exercícios de interdisciplinaridade empreendidos pelo NAEA desde seu nascimento. No que tange à pesquisa inicial, o relatório de gestão preparado por Costa (2008), referente ao período de 1973 a 1983, traz números significativos para uma instituição que estava apenas nascendo: 29 projetos de pesquisa concluídos (sendo 10 em equipe) e mais 16 em andamento (4 em equipe).

A criação da pós-graduação *stricto sensu* no NAEA (1977) foi outro desafio à forma como se estruturava a pós-graduação no Brasil baseada na compartimentalização das áreas de conhecimento estabelecida e supervisionada pela CAPES. Não existia campo para uma pós-graduação interdisciplinar, e, portanto, era uma iniciativa difícil, ou em termos formais, impossível de se avaliar corretamente! O PLADES era considerado um curso ora de ciências sociais, ora de economia, ora de outras áreas, e avaliado, conforme os critérios dessas áreas de conhecimento. Foi necessário, portanto, que os cursos de pós-graduação de caráter interdisciplinar se multiplicassem no país, aumentando a pressão para serem avaliados de maneira especial, para que a CAPES, em 1999, abrisse uma nova “caixinha” para classificar esses cursos, ou seja, uma nova área é considerada formalmente pela CAPES, com o nome de área multidisciplinar. Segundo a CAPES (2010, p. 133), “Em 2008, depois da avaliação trienal concluída em 2007, em razão do crescimento da área, houve um rearranjo e a consequente mudança de nomenclatura: a Área Multidisciplinar passa a ser designada por Área Interdisciplinar e passa a compor, com outras Áreas, a Grande Área Multidisciplinar”. E com a criação dessa nova área surge uma metodologia específica para avaliar esses cursos.

Hoje, a pós-graduação do NAEA está estruturada em três programas: 1) O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), integrando o mestrado acadêmico em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) e o doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2) O Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP), integrando o mestrado profissional em gestão pública e 3) o Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PPLS), integrando o FIPAM e demais cursos de especialização. O PPGDSTU integra a área interdisciplinar da CAPES, e na última avaliação alcançou nota 6, sendo 7 a nota máxima.

A criação da pós-graduação *stricto sensu*, especialmente do doutorado em 1994, demandou, também, esforços redobrados para atender à missão da interdisciplinaridade no NAEA.

Mesmo que o treinamento e a pesquisa buscassem integrar as mais diversas áreas do conhecimento, esses exercícios eram práticas de uma interdisciplinaridade restrita, como definida por Costa (1996). Isto é, reunia principalmente pesquisadores, professores e estudantes de áreas afins, neste caso das ciências humanas ou da sociedade, deixando praticamente de lado as ciências da natureza. Entretanto, entender a noção de desenvolvimento sustentável demandava incorporar na análise as dimensões ambiental, social e econômica, ou seja, exigia uma interdisciplinaridade ampla:

A noção de desenvolvimento sustentável é um ideário que emerge, se legitima e fortalece frente a uma realidade em crise, com manifestações claras de insustentabilidade. O ideal de sustentabilidade está, pois, em dupla relação com uma realidade insustentável: ele é produto de tensões concretas do contexto de crise e ele é uma intervenção nesse mesmo contexto. O papel das ciências é, aí, também duplo: de um lado aguçar o potencial crítico do ideário, dando-lhe consistência; de outro instrumentalizar o seu potencial transformador, dando-lhe positividade realista. A interdisciplinaridade ampla - ciências da sociedade com ciências da natureza - é algo absolutamente central para a ciência complexa que o ideário de sustentabilidade tende a exigir [...]. O diálogo entre ciências naturais e sociais é, isto posto, uma necessidade imediata, que tem que ser estabelecida politicamente e perseguida institucionalmente. Há que se criar os espaços que favoreçam - ou mesmo forcem - esta aproximação [...] Para tanto têm todos, cientistas naturais e sociais, papéis relevantes a desempenhar. Pois, a interdisciplinaridade ampla é um pré-requisito para a superação da crise de todas as abordagens diante das novas necessidades que a noção de desenvolvimento sustentável sintetiza. Tal interação tem que ser buscada institucionalmente, provocada estrategicamente, perseguida politicamente (COSTA, 1996, p. 13-14).

É, pois, essa interação que se busca no NAEA, mesmo que ela seja um processo contínuo, uma utopia criadora. Exemplos dos esforços nesse sentido é a ampliação do número de professores, pesquisadores e estudantes de formação básica nas ciências da natureza, a formação de grupos de pesquisa interdisciplinares, a realização de eventos científicos, e a produção de artigos, livros, coletâneas, e outras produções científicas em coautoria, inclusive de estudantes e professores, abordando as questões da sustentabilidade envolvendo, portanto, as três dimensões.

AMAZÔNIA

Mas tudo acontece no espaço; ele é “o campo de relações em que a atividade humana opera em seu esforço contínuo de equilibrar números e recursos” (HOGAN, 1993). E no NAEA, esse campo tem nome: Amazônia. Eis o terceiro pilar do NAEA. Trata-se, ao final, como Armando Mendes afirmava, nos primórdios do NAEA, no seu clássico livro de 1974, *A invenção da Amazônia*, de desvendar o enigma amazônico:

O enigma amazônico é a resultante final da perplexidade da Nação perante a região imensa e da indefinição dos rumos a tomar para extrair dela a enorme riqueza que promete. Assenta suas raízes no próprio choque sentido pelo descobridor, conquistador e colonizador, cujas reações têm oscilado entre o deslumbramento e a descrença mais agudas, levando-o a caracterizá-la, ora como o “celeiro do mundo”, ora como o “Inferno Verde”.

O enigma amazônico assume, porém, características próprias, na medida em que se consegue avançar no conhecimento científico de sua realidade e na descoberta tecnológica de suas potencialidades.

O enigma amazônico é, além disso, a expressão da compreensão que o resto do país tem ou pode adquirir a respeito do que pode ser feito por ele **a favor** da região, ou **pela região** a favor do país, ou, de alguma forma combinada, as duas coisas. O enigma amazônico é também, o produto da concepção que vier a ser adotada da importância do homem como sujeito de ação política, antes que como objeto desta. As três faces do enigma amazônico têm, assim, a ver com a **individualidade** regional, a **função nacional** da região e a **filosofia social** que definirá esta função (MENDES, 1974, p. 19) (destaques no original).

E desde o princípio, a Amazônia foi considerada na sua totalidade, daí a necessidade de acampar a região completa, a Pan-Amazônia, e não somente a Amazônia brasileira, como Armando Mendes expressava na aula inaugural do FIPAM I:

E porque há muitas soberanias sobre a Amazônia continental, que tudo seja numa ótica pan-amazônica. Daí porque desejamos, desde o início, que este programa adquirisse dimensão internacional. Saudamos neste momento os que acorreram à nossa convocação – aqui do Pará, do Amazonas, do Maranhão, e também, com muita alegria para todos nós, da Colômbia, do Equador e da Venezuela (MENDES, 1973).

O que se propunha ao final era compreender a Amazônia desde dentro da própria região; era necessário construir outro conceito da Amazônia, alternativo àquele predominante na época, e o NAEA seria a instituição capaz dessa façanha. A Amazônia era, e ainda é em alguns círculos, vista com os olhos do descobridor, do aventureiro, do conquistador, do colonizador, e como fonte inesgotável de recursos; “como uma terra de ninguém e sem ninguém, pronta para ser ocupada e apropriada. Daí os termos *colonização, conquista, ocupação*, e, – por que não? – *avanço do progresso*, como se um mundo novo viesse a cobrir esse enorme vazio” (ARAGÓN, 2013, p. 54). Dois livros com o mesmo título discutem as duas abordagens sobre a “invenção” da Amazônia. O primeiro, de Armando Mendes, mencionado acima, publicado em 1974, busca uma concepção desde dentro da própria região, alternativa à tradicionalmente aceita e cunhada de fora. O segundo, igualmente importante, publicado em 1994, é uma revisão das distintas visões da Amazônia ao longo de sua história, de como ela tem sido percebida e “inventada” pelo descobridor, conquistador ou explorador; ou seja, uma concepção cunhada desde fora da região (GONDIM, 1994).

E hoje, após 45 anos de NAEA, como a Amazônia é concebida?

A Amazônia é definida atualmente de muitas maneiras, converteu-se num conceito polissêmico, ou seja, que significa muitas coisas diferentes (ARAGÓN, 2013). No NAEA, a produção de teses, dissertações, monografias, livros, revistas, artigos e demais resultados das pesquisas aqui realizadas assim o revelam.

Voltando aos objetivos originais do NAEA, conforme seu primeiro regimento aprovado em 1972, que envolvem o treinamento, a pesquisa e a informação científica, pode-se dar uma primeira olhada do quanto se avançou nestes 45 anos. Uma análise mais aprofundada é necessária, porém excede os objetivos deste *paper*.

No que se refere ao treinamento, como foi sinalado acima, a pós-graduação do NAEA está estruturada atualmente em três programas: PPGDSTU, PPGP e PPLS.

O PPGDSTU integra atualmente quatro linhas de pesquisa²⁰:

- **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRÁRIO:** Aborda questões do desenvolvimento econômico em uma perspectiva interdisciplinar, tendo como foco as questões de desenvolvimento regional e as dinâmicas agrárias, com destaque para as complexidades da interação entre sociedade e natureza.
- **ESTADO, INSTITUIÇÕES, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS:** Os impactos das alterações institucionais econômico-sociais são interpretados nesta linha de pesquisa a partir de um esforço de integração metodológica, permitindo que tanto estudos históricos quanto temas atuais tenham uma abordagem interdisciplinar.
- **GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS:** Nesta linha são realizadas pesquisas que, a partir de uma abordagem interdisciplinar, buscam identificar e compreender as diversas formas de acesso e uso de recursos naturais e os desdobramentos destas ações nas mudanças globais, regionais e locais.
- **SOCIEDADE, URBANIZAÇÃO E ESTUDOS POPULACIONAIS:** As complexidades das questões sociais e culturais nas cidades e os fenômenos de migração são abordados de forma integrada nesta linha, que também examina temas como populações tradicionais, cartografias sociais, territorialidades humanas e espacialidades de atividades e grupos sociais diversos.

Essas linhas oferecem alternativas para mestrandos e doutorandos do PPGDSTU selecionar seus temas de teses e dissertações, orientados por professores cujas pesquisas focam esses temas. É uma gama ampla de assuntos que permite, de forma interdisciplinar, aprofundar o conhecimento sobre as múltiplas Amazôniaas. Até dezembro de 2018, tinham-se aprovado nesse programa 235 teses e 438 dissertações²¹. Às pesquisas de teses e dissertações do PPGDSTU agrega-se pesquisa mais aplicada de dissertações realizada no âmbito do mestrado profissional em Gestão Pública, 84 até dezembro de 2018²², e monografias e outros trabalhos técnicos de conclusão do FIPAM e de outros cursos de pós-graduação *lato sensu*²³. É notável que o curso de especialização FIPAM, ainda que com ajustes, continue sendo oferecido até a atualidade, alcançando no momento a 28ª edição. Aliás, ele ganha relevância e autonomia com a criação de um programa próprio para os cursos *lato sensu*, sendo o FIPAM obrigatoriamente ofertado todos os anos.

As teses, as dissertações e as monografias e outros trabalhos técnicos de conclusão das especializações representam a mais importante produção do corpo discente do NAEA, uma significativa produção interdisciplinar de conhecimento realizada dentro da região e para a região focando o estudo crítico de sua realidade e gerando insumos para a formulação de políticas públicas em prol do bem-estar dos amazônidas.

20 Conforme <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 22 maio 2019.

21 Conforme o catálogo de teses e dissertações elaborado por Santos et al (2008) e atualizado segundo registros da secretaria do PPDSTU (Disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/> Acesso em: 17 maio 2019).

22 Conforme <http://www.ppggp.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes>. Acesso em: 23 maio 2019.

23 Conforme levantamento realizado em 28.05.2019 pela Secretaria do PPLS, o NAEA tem formado ao longo de sua história 948 especialistas resultando em 802 monografias e trabalhos técnicos de conclusão de curso.

No que se refere ao segundo objetivo original do NAEA, a pesquisa, uma amostra da pesquisa em andamento pode se ver nos assuntos debatidos em 26 eventos do seminário *Perspectivas Críticas de Desenvolvimento, Gestão Pública, Ambiente e Sociedade*, organizados por grupos de pesquisa do NAEA²⁴, durante as comemorações dos 45 anos da instituição (Quadro 1) e em 110 trabalhos apresentados durante o simpósio de encerramento, cujos resumos encontram-se disponíveis em forma de e-book (FIGUEIREDO; RAVENA, 2018).

As apresentações desses assuntos foram abertas ao público e envolveram como expositores e debatedores professores e estudantes do NAEA e convidados de outras unidades acadêmicas da UFPA, e de outras instituições do Brasil e do exterior, permitindo, portanto, ter acesso “a um conjunto de temas, reflexões, críticas e produção do conhecimento acerca da Amazônia que tem na interdisciplinaridade a forma de estabelecer os vasos comunicantes entre as disciplinas necessárias para a interpretação do universo complexo que caracteriza a Amazônia” (FIGUEIREDO; RAVENA, 2018, p. 16).

24 Existem 18 grupos de pesquisa registrados no NAEA. Lista disponível em: <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 31 maio 2019.

Quadro 1: NAEA 45 Anos: Eventos do Seminário *Perspectivas Críticas de Desenvolvimento, Gestão Pública, Ambiente e Sociedade*, 05.03 a 05.12. 2018

Nº	Data	Grupo de pesquisa	Prof(a) Coordenador(a)	Título
01	15/03	Economia, Conservação e Governança Ambiental da Amazônia	Claudia Azevedo	Políticas de Desenvolvimento Regional e seus Impactos Ambientais
02	05-06/04	Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia	Josep Vidal	Diálogos para uma Nova Administração Pública Municipal
03	20/04	Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia	Josep Vidal	Diálogos para uma Nova Administração Pública Municipal - II
04	26/04	Biodiversidade, gestão dos recursos naturais e sociedade no escudo das Guianas	Ligia Simonian	Perspectivas Pan-Amazônicas e Guianas
05	19/05	Biodiversidade, gestão dos recursos naturais e sociedade no escudo das Guianas	Ligia Simonian	Gestão Pública Municipal (realizado no município de Curuçá).
06	24/05	Geoprocessamento como instrumento para a Gestão Pública	Ponciana Freire	Tecnologias e Projeções da Gestão Pública e Ambiental na Amazônia brasileira
07	01/06	*	Rosa Acevedo	O Golpe de 2016 e o Eclipse da Democracia no Brasil: Colapso e resistência (Conferência Prof. Francisco Foot Hardman)
08	08/06	Turismo, Cultura e Meio Ambiente	Silvio Figueiredo	Turismo, Governança e Políticas Públicas: Reflexões de casos brasileiros
09	19/06	Sociedade, Ambiente e Ação Pública	Edna Castro	In-Modernidade e Conjuntura Política Latino-Americana: Um giro do Sul ao Sul
10	21/06	Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia	Saint-Clair Trindade Jr.	Espaço, Desenvolvimento e Urbanodiversidade na Amazônia
11	29/06	Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia - DADESA	Francisco de Assis Costa	Economia do Açúcar: Desafios, mercado e perspectivas de crescimento
12	14/08	Quintais e hortas caseiras nos quilombos: práticas e mudanças no cultivo de gêneros alimentícios, medicinais e ornamentais.	Rosa Acevedo	Plantas Úteis del Equador: Aplicaciones, Retos y Perspectivas (Palestra Profa. Montserrat Rios Almeida)
13	21/08	Turismo, Cultura e Meio Ambiente	Silvio Figueiredo	Culturas múltiplas, políticas e desafios das resistências
14	04/09	Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM)	Edna Castro	Aonde vais Amazônia?
15	25/09	Lazer, Ambiente e Sociedade (GPLAS)	Mirleide Bahia	Lazer, Turismo e Espaço Público
16	02/10	Turismo, Cultura e Meio Ambiente	Silvio Figueiredo	Turismo, economia criativa e experiências de requalificação urbana em Lisboa (Palestra Sra. Filipa Bolotinha – Lisboa/Portugal)
17	17-18/10	Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia	Josep Vidal	Diálogos para uma Nova Administração Pública Municipal - III
18	18/10	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Armin Mathis	Condução Política em Regiões de Modernidade Periféricas: Desafios e limites
19	21/11	Governança, Organizações, Políticas Públicas e Contabilidade na Amazônia	Josep Vidal	Diálogos para uma Nova Administração Pública Municipal - IV
20	27/11	Experiência Social, Cultura e Sensibilidades Amazônicas	Fábio Fonseca de Castro	Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas
21	29/11	Planejamento Urbano e Regional	Simaia Mercês	Direito à cidade em metrópole amazônica
22	28-30/11	Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia - DADESA	Francisco de Assis Costa	VII EPA - Seminário de Economia Política da Amazônia: A tradição da economia política crítica e as perspectivas de pesquisa sobre o desenvolvimento da Amazônia para o Século XXI
23	30/11	Os efeitos da destinação de terras na produção das desigualdades sociais na Amazônia	Marcela Vecchione	Horizontes do campesinato na Amazônia
24	03- 04/12	Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ)	Luis E. Aragón	Amazônia em Movimento
25	04/12	*	Ligia Simonian	Indicadores de Sustentabilidade para Agências de Publicidade Paraenses (Palestra Prof. Dr. Márcio Macedo)
26	05/12	Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM)	Edna Castro	III Seminário Desastres da Mineração em Barcarena

Fonte: Secretaria Adjunta do NAEA. *Conferência independente.

Revisando os assuntos abordados podem derivar-se algumas conclusões preliminares sobre a pesquisa que se vem realizando atualmente no NAEA:

1. Enfatiza-se a interdisciplinaridade como metodologia capaz de lidar com a pesquisa de sistemas complexos, como a Amazônia.
2. Os assuntos são abordados de diversos pontos de vista e envolvem professores, pesquisadores e estudantes.
3. Os assuntos envolvem desde o nível local até o nível global.
4. As questões da sustentabilidade e do desenvolvimento são temas transversais à todos os assuntos.
5. Os assuntos envolvem tanto aspectos tangíveis como intangíveis da Amazônia.

Outra constatação que se pode derivar tanto dos assuntos abordados nos eventos comemorativos dos 45 anos do NAEA como de outras produções e que vale a pena destacar é o reconhecimento cada vez maior da importância da dimensão internacional da Amazônia (ARAGÓN, 2018). De fato, segundo diversos autores, a Amazônia, com uma superfície de mais de 7 milhões de km², que integra territórios de oito países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e um departamento francês (Guiana Francesa), chama a atenção mundial como a maior floresta tropical úmida do planeta; a maior bacia hidrográfica da Terra; a maior reserva de biodiversidade e banco genético do mundo; e uma das mais ricas províncias minerais existentes, entre outros superlativos (MELLO, 2015). Sua população total, desde qualquer critério, é nada desprezível. Por exemplo, o estudo do PNUMA/OTCA (2008) estimou em 38.777.600 a população total da Grande Região para 2005 e ao contrário do que muitos pensam, a população concentra-se, principalmente, em áreas urbanas.

Em nível regional a Amazônia, portanto, é considerada como uma região dividida em nove partes, cada uma sob uma soberania diferente, cujo desenvolvimento representa desafios enormes para os países que a compartilham (ARAGÓN, 2015). Carece-se de políticas supranacionais capazes de unir os países amazônicos para resolver problemas que os atingem conjuntamente, ou controlar os impactos gerados em determinados países por políticas nacionais de outros países. A legislação ambiental diverge de país para país, e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), criada em 2002, com o intuito de operacionalizar o Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, encontra dificuldades para implementar suas políticas (SILVA, 2009, RAVENA; CAÑETE, 2009).

Em nível global a Amazônia converteu-se numa marca simbolizando meio ambiente, ecologia, índios, populações tradicionais, floresta, oxigênio, água, biodiversidade, preservação etc., e, nesse sentido, agregar aos produtos e serviços o termo Amazônia, ou alguma coisa relacionada a ela, eleva o valor econômico desses produtos e serviços (AMARAL FILHO, 2016); mas ainda que a questão amazônica seja abordada nos mais diversos foros ao redor do mundo os problemas ambientais e sociais acirram-se na região num verdadeiro paradoxo de abundância de recursos naturais, pobreza e subdesenvolvimento.

No que se refere ao terceiro objetivo original do NAEA, a informação científica, os eventos realizados no âmbito dos 45 anos do NAEA, e o acervo especializado de sua biblioteca e editora, deixam claro o papel que desempenha o NAEA como produtor de conhecimento e como fonte de informação científica sobre a Amazônia.

Pode-se concluir que o avanço no conhecimento da Amazônia deve-se e muito às pesquisas e aos demais programas acadêmicos do NAEA. O conhecimento acumulado no NAEA demonstra que a construção do conceito da Amazônia envolve o local e o global, sua dimensão internacional, sua importância no Trópico Úmido, e a sua realidade tangível e intangível; e que o NAEA vem se fortalecendo ao longo dos anos num importante centro de documentação e informação científica sobre a Amazônia nos seus mais diversos sentidos.

IDENTIDADE E NUCLEAÇÃO

A forma e a intensidade com que o NAEA tem abordado os três pilares que o fundamentam, tem lhe dado uma identidade própria, que serve como modelo para iniciativas congêneres.

Armando Mendes identificava o NAEA como *cidadela transversa*²⁵: “Uma cidadela posta à serviço de uma utopia, a Cidadela transversa à academia e à sociedade. A seu tempo, uma escandalosa novidade” (MENDES, 2011, p. 13). O NAEA é, pois, um lugar onde se produz, de forma interdisciplinar, conhecimento crítico sobre a Amazônia e o desenvolvimento voltado para o bem-viver dos amazônidas. Os eventos realizados no âmbito dos 45 anos do NAEA foram uma mostra do funcionamento do NAEA, como uma verdadeira cidadela transversa.

A cidadela chamada NAEA, nos termos de Armando Mendes, conseguiu fortalecer sua identidade com a implantação do doutorado em 1994, que demandou um quadro próprio de docentes, demanda aprovada pelo Conselho Universitário da UFPA, rompendo o gargalo que representava a dependência do NAEA da liberação de professores lotados noutras unidades acadêmicas para trabalharem no NAEA, e de professores visitantes. Hoje o Núcleo conta com 23 professores permanentes brasileiros e estrangeiros de formação básica em diferentes áreas do conhecimento, com doutorado em diversos estados brasileiros e no exterior, e 20 servidores técnico-administrativos, lotados no NAEA, além de um número variável de professores e pesquisadores colaboradores, visitantes e voluntários, e bolsistas de administração e de pesquisa²⁶.

No que tange à nucleação, a CAPES a define como ações, programas e projetos que indiquem contribuições para o fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), apoiando programas em fase de consolidação, para o desenvolvimento da pesquisa e ensino (qualificação de docentes por meio de MINTER/DINTER); a formação de doutores pelo programa que desempenham papel de destaque em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos; e a participação de egressos em atividades de ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em outros países (CAPES, 2017).

25 Ou, como as definições que o próprio autor toma dos dicionários *Aurélio*: “Cidadela: Centro onde se reúnem os defensores mais ardentes de uma doutrina, ideologia etc.”, e *Houaiss*: “qualquer centro ou reduto que congrega os partidários mais fervorosos de uma causa, de uma doutrina etc.” Agregando *Transverso*: Situação de traves, oblíquo, atravessado” (*Aurélio*).

26 Conforme <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/>. Acesso em: 27 maio 2019.

Nessa concepção o NAEA tem-se nucleado local, regional e internacionalmente. Muitos dos egressos do NAEA pertencem ao quadro de professores de outras IES, públicas e privadas, de Belém, do Pará, da Amazônia, do Brasil, e do exterior, e colaboram em outros programas de pós-graduação da UFPA e de outras IES de Belém, incluindo o mestrado profissional de gestão pública do próprio NAEA. O NAEA desenvolveu doutorados interinstitucionais (DINTER) nas Universidades Federais de Rondônia e Amapá²⁷ e um mestrado interinstitucional (MINTER) na Faculdade de Imperatriz, no Maranhão, além de participar de projetos do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) com universidades da região. A maioria de programas e cursos de pós-graduação stricto sensu que surgiram nas IES da Amazônia abordando a temática do desenvolvimento regional, contaram com a participação de egressos e professores do NAEA. Essa experiência resultou na criação em 2009, do Fórum de Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, que agrupa programas de pós-graduação da Amazônia Legal. É importante agregar que entre os egressos do NAEA estão reitores das Universidades Federais do Acre (UFAC), do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), do Oeste do Pará (UFOPA), e da Universidade da Amazônia (UA) na Colômbia.

É grande também o número de professores que realizam ou realizaram estágios de pós-doutorado, enriquecendo os programas do NAEA, mas também levando a experiência do NAEA alhures.

Também, vários grupos de pesquisa do NAEA, alguns convertidos em verdadeiras redes, envolvem atividades com a participação de pesquisadores de outras instituições do país e do exterior, incluindo eventos, publicações, missões, consultorias e intercâmbios.

À nucleação propriamente dita devem-se agregar *iniciativas incubadas* no NAEA, que vão além dos programas de pós-graduação, e que se tornaram autônomas, como o Programa Pobreza e Meio Ambiente (POEMA), hoje vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), uma organização científica não governamental de alcance internacional, o Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), hoje Instituto (INEAF/UFPA), o antigo Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), e a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IIPA), criada em 2011 e sediada no NAEA²⁸. Além desses exemplos, a implementação de outras iniciativas contaram com o apoio e a experiência do NAEA, como o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA), o Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal (PIUAL), a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), e a Cátedra UNESCO/UFPA de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, sediada no NAEA²⁹.

27 No momento está em negociação um programa DINTER na Universidade do Estado do Amapá.

28 As universidades que integram a IIPA são: Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade da Amazônia (UNAMA); Universidade do Estado do Maranhão (UEMA); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal do Tocantins (UFT) (SILVA, 2013, p. 14).

29 Como resultado das diversas atividades do Programa Sul-Sul e o envolvimento intenso da UNAMAZ e da UFPA, em 15 de setembro de 2006, foi criada a Cátedra UNESCO/UFPA de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, com sede no NAEA. O Programa UNITWIN/Cátedras UNESCO foi estabelecido em 1992, e tem a Secretaria Geral na Divisão de Educação Superior da UNESCO em Paris. As Cátedras UNESCO são concebidas como tanques de ideias e construtoras de pontes entre o mundo acadêmico, a sociedade civil, as comunidades locais, a pesquisa e a formulação de políticas. As Cátedras são estabelecidas por meio de convê

O NAEA serve também como receptor de professores e pesquisadores visitantes. A iniciativa de pesquisadores associados é um bom exemplo. Desde os primórdios o NAEA acolhe pesquisadores nacionais e estrangeiros como associados, para desenvolver seus projetos de pesquisa, incluindo dissertações e teses a serem defendidas em outros programas (uma espécie de bolsa sanduíche ao inverso). Igualmente o NAEA chama a atenção para professores colaboradores e visitantes tanto nacionais como estrangeiros.

A nucleação dos programas de pós-graduação do NAEA, a incubação de iniciativas e a recepção de professores e pesquisadores visitantes, são resultados da experiência acumulada pelo Núcleo desde o FIPAM I, em 1973. Ou seja, a experiência do NAEA foi levada a diversos estados do Brasil e outros países desde os primórdios da instituição.

ACADEMIZAÇÃO DA AMAZÔNIA OU AMAZONIZAÇÃO DA ACADEMIA?

Em 12 de abril de 2011, Armando Mendes concedeu uma de suas últimas entrevistas, se não a última, à mestrandia do NAEA que realizava sua dissertação sobre a trajetória do NAEA. Nessa entrevista, ele analisava as transformações sofridas pelo NAEA no regimento da UFPA de 2006:

A diferença essencial entre o modelo NAEA de 1970 e o modelo NAEA de 2006 é a seguinte: nós na reestruturação da universidade em 1970 fizemos um esforço inovador, e podemos dizer inédito, talvez incipiente, visando a amazonização da academia em nossa região. Esta última reforma, ao contrário, e simplificando, desenvolveu um trabalho não menos competente, mas em sentido contrário, no sentido da academização da Amazônia. Abdicou do modelo inovador para aderir ao modelo conservador do ente acadêmico predominante na maioria dos lugares. Certamente exagerando, para fazer o contraste: não mais a academia a serviço da Amazônia, mas a Amazônia a serviço da academia (Cf. MOREIRA, 2011, p. 163) (destaques no original).

Contudo, entendo que o NAEA de hoje é resultado de sua evolução ao longo destes 45 anos de funcionamento. Desde o início, o NAEA orienta sua missão de se aproximar melhor da realidade amazônica, de conhecer melhor a região, de construir uma nova concepção. Poder-se-ia até afirmar fazer da Amazônia seu objeto de estudo (ARAGÓN, 1994). Mas estudar a região de forma sistemática e com o objetivo maior de transformá-la, isto é, focando o desenvolvimento regional, e até influenciando sua transformação em prol dos amazônidas. Portanto, o NAEA, na minha visão, não abdicou de sua missão, pois considero que academizar a Amazônia e amazonizar a academia são processos complementares, dois lados da mesma moeda.

Academizar a Amazônia significa converter a região em objeto de pesquisa científica, e isto o NAEA tem feito muito bem, na pesquisa, nos seus programas de pós-graduação, nos

nios assinados entre a UNESCO e a respectiva instituição que sedia a Cátedra. Atualmente (abril de 2019) existem 758 cátedras, em 114 países e cobrem os mais diversos tópicos. No Brasil existem 21 Cátedras, distribuídas pelo país, mas só existe a da UFPA/NAEA na região Norte. A Cátedra UNESCO/UFPA de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável objetiva produzir conhecimento científico para fortalecer a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de um amplo sistema de atividades e parcerias relacionadas com a educação superior, a pesquisa, e a documentação, e em particular com temas como população e meio ambiente na Amazônia, e o Programa de Reservas da Biosfera. Para maiores informações sobre o Programa de Cátedras UNESCO e a Cátedra UNESCO da UFPA consultar a página <http://en.unesco.org/unitwin-unesco-chairs-programme>; UNESCO (2008); Aragón e Clüsener-Godt (2013) e Aragón (2016, p. 102-112).

eventos no Brasil e no exterior, enfim no seu cotidiano acadêmico. Não há dúvida que a Amazônia é hoje mais bem conhecida e entendida do que antes do NAEA, e que sim, uma nova visão da região vem surgido, uma concepção, como Armando Mendes defendia, de dentro para fora. As dissertações, as teses, as monografias, os livros, as revistas, as coletâneas, e demais produções do NAEA são exemplos claros dessa construção. A Editora NAEA cumpre seu papel de reproduzir esta nova visão forjada no NAEA para o mundo.

Amazonizar a academia, por outro lado, significa, como defendia Armando Mendes, pôr a “academia a serviço da Amazônia”. Isto é colocar o melhor da inteligência à difícil tarefa de buscar os melhores destinos para a região em prol do seu desenvolvimento com todos os ingredientes da sustentabilidade.

E há evidências, talvez ainda não suficientes, do empenho da instituição em influenciar a transformação da região. Os cursos de especialização, tanto os oferecidos na sede como fora dela, e mesmo os cursos contratados³⁰, foram e são dirigidos para treinar pessoal para resolver problemas concretos; o mestrado profissional em Gestão Pública, criado em 2012, busca formar gestores capazes de contribuir e gerenciar políticas públicas regionais; a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IIPA) que busca gerar ideias e propostas para o poder público implementar, especialmente no nível municipal; e a formação de tantos tomadores de decisão que ocuparam e ocupam altos cargos da administração pública. A essas experiências agrega-se o envolvimento de pesquisadores do NAEA, em ações de extensão em diversas comunidades.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Este texto é uma história do NAEA, não a história do NAEA. É a minha contribuição ao debate. “O NAEA, afirmava Armando Mendes (2008, p. 97), sofre de irrecusável, mas estimulante vocação polêmica.” Talvez seja essa vocação o que tem estimulado a produção de papers, conferências, debates, monografias, dissertações e teses sobre o modelo NAEA³¹. Na UFPA o número de núcleos, como unidades acadêmicas, se multiplicou³², mas o NAEA, para cumprir sua missão original, deverá manter sua “cara própria, facilmente reconhecível e insuscetível de fazê-lo ser confundido com qualquer outro Núcleo dentro ou fora da UFPA” (MENDES, 2011, p. 19). O NAEA, como afirma Heraldo Maués (2013), é e deve-se manter como o Exu, o mensageiro dos deuses das religiões africanas, que se irradia, que se reproduz, que produz e dissemina conhecimento crítico sobre o desenvolvimento da Amazônia pela região, pelo Brasil, e pelo mundo, que forma pessoal qualificado e comprometido com o desenvolvimento sustentável e que atua em prol do bem-viver dos amazônidas.

O NAEA é um precursor do que a UNESCO definiu como pertinência social da educação superior em 1998. Comentava em outra ocasião (ARAGÓN, 2012), que assim como a Con

30 São cursos de pós-graduação lato sensu realizados pelo NAEA, a pedido e patrocínio de instituições externas.

31 Além dos documentos oficiais e textos do Prof. Armando Dias Mendes sobre o NAEA e seus programas, destacam-se os papers de Sá (1974), Turenko (2008), Maués (2013), Silva (2013), e Bastos et. al. (2010), as monografias de especialização de Munévar Barreto e Durán Meléndez (1989), e Reis (2004), as dissertações de Oliveira (2001), e Moreira (2011), a tese de Menchaca Dávila (2005), e o relatório do Prof. José Marcelino Monteiro da Costa (2008).

32 São núcleos da UFPA com sede em Belém: Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia (NDAE), Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), Núcleo de Medicina Tropical (NMT), Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC), Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

ferência Rio 92 propalou a ideia paradigmática de desenvolvimento sustentável, a Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior (CMES) de Paris em 1998, gerou o conceito de pertinência social da educação superior, igualmente paradigmático:

A pertinência da educação superior deve avaliar-se em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem. Isso requer normas éticas, imparcialidade política, capacidade crítica e, ao mesmo tempo, uma melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho, baseando as orientações de longo prazo em objetivos e necessidades sociais, incluindo o respeito às culturas e a proteção do meio ambiente (UNESCO, 1998, p. 23).

Atrevo-me a dizer que essa é a luta do NAEA desde sua implantação em 1973, sua utopia criadora: conhecer a Amazônia e buscar e fomentar soluções próprias para seu desenvolvimento, ou seja, ser pertinente e comprometido com a região onde a instituição se insere. Na visão de Silva (2013, p. 15), o desafio “é unir a universidade amazônica aos demais atores sociais regionais e juntos minimizarem os problemas ambientais, sociais e econômicos do lugar em que vivem e trabalham, bem como projetarem e construir um futuro melhor para o ecossistema e as pessoas da Amazônia. Esse era o sonho de Armando Mendes”.

Academizar a Amazônia e amazonizar a academia devem ser no NAEA propósitos permanentes, uma vez que não será possível intervir na região sem conhecê-la, esta é premissa sine qua non. O NAEA e a universidade, como um todo, têm exercido, e exercem um papel fundamental para a construção de um novo conceito da Amazônia, mais próximo da realidade, ainda que este processo nunca termine e seja cada vez mais necessário, mas não se pode contentar somente com a detenção do conhecimento, mantendo a Amazônia só como simples objeto de estudo. O outro componente, amazonizar a academia, precisa acompanhar suas descobertas. Não é possível só servir-se da região, o que se quer é uma universidade verdadeiramente amazônica cujo interesse fundamental seja investigar “não de que maneira a Ciência pode servir-se da Amazônia, e sim como pode o conhecimento científico ser produzido na e utilizado pela região” (MELLO, 2007, p. 49).

Para terminar, sem desmerecer a contribuição dos coordenadores/diretores do NAEA, dos seus professores, pesquisadores, servidores técnico-administrativos, estudantes e demais atores que construíram esta história, devo destacar, em especial, a luta de Armando Mendes para manter viva a utopia original do NAEA. O Fórum de Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia foram suas contribuições mais recentes na iluminação do caminho que o NAEA deveria trilhar (SILVA, 2013). É por meio de iniciativas como essas que o NAEA poderá institucionalizar sua atuação na sociedade, aplicar seu conhecimento acumulado ao longo destes 45 anos, e daquele que acumulará nos demais anos de sua existência. Essa é a sua utopia criadora!

33 Considerando o período preparatório à instalação do NAEA em 1973, os Coordenadores/Diretores do NAEA ao longo de sua história são: Armando Dias Mendes (1970-ago.1973), José Marcelino Monteiro da Costa (set.1973-jun.1983), Manoel Pinto da Silva Jr. (jul.1983-jun.1985), Raymundo Heraldo Maués (5jul.1985-31ago.1989), Raul da Silva Navegantes (1set.1989-15set.1992), Mario Nazareno Noronha Faria e Souza (16set.1992-13out.1992), Francisco de Assis Costa (14out.1992-19nov.1996), Edna Maria Ramos de Castro (20nov.1996-21nov.2000), Luis Eduardo Aragón Vaca (22nov.2000-17dez.2004), Edna Maria Ramos de Castro (18dez.2004-21jan.2009), Armin Mathis (22jan.2009-01fev.2013), Fábio Carlos da Silva (01fev.2013-01fev.2014), Durbens Martins Nascimento (02fev.2014-Atual) (MOREIRA, 2011, p. 45; e Secretaria Executiva do NAEA).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL FILHO, Otacílio. *Marca Amazônia: O marketing da floresta*. Curitiba: CRV, 2016.
- ARAGÓN, Luis E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. *Revista NERA, Presidente Prudente*, v. 21, n. 42, p. 15-33, 2018.
- ARAGÓN, Luis E. *Memorial acadêmico: trajetória intelectual e percurso internacional de um professor do NAEA*. Belém: NAEA, 2016.
- ARAGÓN, Luis E. Desenvolvimento amazônico em questão. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 107, p. 5-16, 2015.
- ARAGÓN, Luis E. *Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- ARAGÓN, Luis E. Educação superior, desenvolvimento sustentável e políticas públicas na Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 298, p. 1-12, 2012.
- ARAGÓN, Luis E. Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 20, p. 767-794, 2005.
- ARAGÓN, Luis E. *Ciência e educação superior na Amazônia: desafios e oportunidades de cooperação internacional*. Belém: NAEA: UNAMAZ, 2001.
- ARAGÓN, Luis E. *The Amazon as a study object: building regional capacity for sustainable development*. Stockholm: Stockholm University/Institute of Latin American Studies, 1994.
- ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel. Biosphere Reserves and UNESCO Chairs: partnerships for sustainable development. *Papers do NAEA*, Belém, n. 315, p. 1-27, 2013.
- ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel. O Programa de Cooperação Sul-Sul para o eco-desenvolvimento e a questão da água na Amazônia. In: ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel (org.) *Problemática do uso local e global da água da Amazônia*. Belém: NAEA; Brasília: UNESCO, 2003. p. 25-31.
- ARAÚJO, Kássia Karina Silva de; BARROSO, Carlos Maurício Rocha; SOUZA, Éder Júnior Cruz de. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e divergências. *Revista Reflexões e Práticas Geográficas*, Maceió, v. 1, n. 1, p. 45-57, jul./dez. 2014.
- BASTOS, Ana Paula V.; CASTRO, Edna; RAVENA, Nírvia. O NAEA e o pioneirismo de formação na pós-graduação interdisciplinar da Pan-Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 260, p. 1-18, 2010.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório de Avaliação – Interdisciplinar. Avaliação quadrienal*. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-INTERDISCIPLINAR-quadrienal.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*, Vol 1. Brasília, DF, 2010.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; FIGUEIREDO, Silvio Lima; RIVERO, Sérgio Luiz de Medeiros; ALMEIDA, Oriana Trindade de. Pensamento crítico sobre a Amazônia e debate sobre desenvolvimento. *Papers do NAEA*, Belém, n. 379, p. 1-19, 2018.

CASTRO, Eduardo G. Interdisciplinaridad: en busca del paraíso (irrecuperablemente) perdido. *Papers do NAEA*. Belém, n. 057, p. 1-16, 1996.

CHAGAS, Carlos. Querem internacionalizar a nossa Amazônia. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1997. Disponível em: <http://www.brasil.iwarp.com/chagas.htm>. Acesso em: 11 abr. 2019.

CLÜSENER-GODT, Miguel. Implementing Agenda 21: nature conservation and sustainable development in the humid tropics. *Tropical Ecology*, Veranesi (Índia), v. 45, n. 1, p. 183-186, 2004.

CLÜSENER-GODT, Miguel; SACHS, Ignacy (ed.) *Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region*. Paris: UNESCO, 1995 (Series Man and the Biosphere, 15).

CLÜSENER-GODT, Miguel; SACHS, Ignacy; UITTO, Juha I. Conference on environmentally sound socio-economic development in the humid tropics/Final Report. In: ARAGÓN, Luis E. (org.) *Desenvolvimento sustentável nos Trópicos Úmidos*. Belém: UNAMAZ, 1992. p. 53-143 (Série Cooperação Amazônica, v. 13, tomo 1).

COIMBRA, Carlos. Interdisciplinariedade nas ciências humanas. *Seminários e Debates*, Belém, n. 6, p. 6-43, 1980.

COSTA, Francisco de Assis. As ciências, o uso de recursos naturais na Amazônia e a noção de desenvolvimento sustentável: por uma interdisciplinaridade ampla. *Papers do NAEA*, Belém, n. 069, p. 1-16, 1996.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência amazônica. Relatório de gestão (1973-1983)*. Belém: NAEA, 2008.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; RAVENA, Nírvia (org.) *Anais do II Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento: crítica e atualização do debate na produção do conhecimento na Amazônia*. Belém: NAEA, 2018.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GUILLARD, Yvan. O pensamento do professor Ignacy Sachs: da economia política ao eco-desenvolvimento. *Papers do NAEA*, Belém, n. 06, p. 1-19, 1993.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004. v. 1 a 4.

HOGAN, Daniel Joseph. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. *Lua Nova*, São Paulo, n. 31, p. 57-78, dez. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 maio 2019.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. O NAEA como Exu (um deus arquetípico): tributo a seus cofundadores, Armando Dias Mendes e José Marcelino Monteiro da Costa. *Papers do NAEA*, Belém, n. 311, p. 1-10, 2013.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A proteção internacional dos direitos humanos e o direito internacional do meio ambiente. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 9, n. 34, p. 97-123, abr./jun. 2004.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis I.; RANDERS, Jorgen; BEHERNS III, William W. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books, 1972.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento da Amazônia: o caso brasileiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 107, p. 91-108, 2015.

MELLO, Alex Fiúza de. *Para construir uma universidade na Amazônia: realidade e utopia*. Belém: UFPA, 2007.

MENCHACA DÁVILA, Maria del Socorro. *Pertinencia de la educación superior: desarrollo interdisciplinario como medio para la producción de conocimientos socialmente útiles*. 2005. 355f. Tesis (Doctorado en Educación) - Universidad Autónoma del Estado de Morelos, Cuernavaca (México), 2005.

MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM.

MENDES, Armando Dias. NAEA: os primórdios. In: COSTA, Marcelino Monteiro da. *Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência amazônica – Relatório de gestão (1973-1983)*. Belém: NAEA, 2008. p. 97-101.

MENDES, Armando Dias. *Amazônia, modos de (o)usar*. Manaus: Editora Valer, 2001.

MENDES, Armando Dias. *O mato e o mito*. Belém: UFPA, 1987.

MENDES, Armando Dias. *Ciência, universidade e crise*. Belém: Grafisa, 1981.

MENDES, Armando Dias. Ciência e consciência. *Seminários e Debates*, Belém, n. 6, p. 73-87, 1980.

MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia*. Belém: UFPA, 1974.

MENDES, Armando Dias. Aula inaugural do FIPAM I, fevereiro de 1973. In: MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM. Fac-simile.

MOREIRA, Silvia Maria Bitar de Lima. *Ciência e educação superior na Amazônia: trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)*. 2011. 186f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MRE – Ministério das Relações Exteriores/Brasil. *Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília, DF: MRE, 1978.

MUNÉVAR BARRETO, Liliana; DURÁN MELÉNDEZ, Eugenio. *Papel del programa FIPAM en la formación de recursos humanos para la Amazonia: notas para la discusión*. 1989. 85f. Monografia (Especialização FIPAM) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.

OLIVEIRA, Ivana Cláudia Guimarães de. *NAEA: Instituto regional de desenvolvimento ou instituto de desenvolvimento regional?* 2001. 138f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon. *A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente*. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, Curitiba, v. 6, p. 1-25, 2009.

PNUMA/OTCA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. *Geo Amazônia: perspectivas do meio ambiente na Amazônia*. Brasília: PNUMA/OTCA, 2008.

RAVENA, Nírvia de Souza; CAÑETE, Voyner Ravena. Reflexões sobre a integração pan-amazônica: o papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na regulação da água. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir (org.) *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Edua, 2009. p. 235-253.

REIS, Elen Rosa dos. *A trajetória do curso de especialização FIPAM e o tratamento das questões ambientais amazônicas: Uma experiência do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA*. 2004. 93f. Monografia (Especialização FIPAM) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

ROMÁN, Mikael. *The implementation of international regimes: The case of the Amazon Cooperation Treaty*. 1998. 312f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Uppsala University, Uppsala (Suécia), 1998.

SÁ, Samuel. Implicações interdisciplinares para um programa de estudos ambientais. In: HOYOS, Juan L. Bardález (org.) *Interdisciplinaridade: (re)invenção de um saber*. Belém: NUMA, 1993. p. 103-128.

SÁ, Samuel; FREITAS, Simone Negrão de; SILVA, Adenize de Lima; SILVA, Jorge Albério do E. Santo. Co-autoria: embrião de interdisciplinaridade? *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA*, Belém, n. 27, p. 1-11, 1992.

SÁ, Samuel. Interdisciplinaridade: sim e não a vasos comunicantes em educação pós-graduada. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 272-279, jul./set. 1987a.

SÁ, Samuel. Interdisciplinaridade e suas práticas em documentos de “Avaliação e Perspectivas” do CNPq 1987, 1982. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 280-296, jul./set. 1987b.

SÁ, Samuel. O laboratório de pesquisa do FIPAM como alternativa pedagógica na UFPA. *Revista da Universidade Federal do Pará*, Belém, ano 4, n. 4, p. 125-241, 1974.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária-Sebrae, 2004.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Ana da Silva; MOREIRA, Valdenira Maria de Jesus; MERCÊS, Vivyanne Ribeiro das (org.) *Catálogo de teses e dissertações do NAEA*. 2. ed. rev. ampl. Belém: NAEA, 2008.

SANTOS, Ana da Silva; MOREIRA, Valdenira Maria de Jesus (org.) *Catálogo de monografias dos cursos de especialização do NAEA, 1973-2000*. Belém: NAEA, 2000.

SILVA, Alberto Teixeira da. Integração e governança na América do Sul: o caso da OTCA. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir (org.) *Amazônia no cenário sul-americano*. Manaus: Edua, 2009. p. 216-234.

SILVA, Fábio Carlos da. A contribuição de Armando Mendes para a construção de uma universidade cidadã na Amazônia. *Papers do NAEA*, Belém, n. 314, p. 1-18, 2013.

TURENKO, Aleksei Júnior. O Naea, onze anos depois. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Desenvolvimento regional: NAEA, uma década de experiência amazônica*. Relatório de gestão (1973-1983). Belém: NAEA, 2008. p. 102-108. Publicado originalmente em *O Liberal*. Belém, 01 de janeiro, 1980.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Resolução n. 80, de 6 de março de 1972. Belém: UFPA, 1972a. In: MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM. *Fac-simile*.

UFPA – Universidade Federal do Pará. O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programação; Projeto de um Programa Internacional de Treinamento em Projetos de desenvolvimento de Áreas Amazônicas; Projeto Amazônia (PROAM), Centro de Informação Técnico-Científica da Amazônia (CITAM). Belém: UFPA, 1972b. In: MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD. *Fac-simile*.

UFPA – Universidade Federal do Pará. *Regimento Geral, Estatuto, Plano de Reestruturação*. Belém: UFPA, 1971.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Portaria n. 915/70 de 18 de novembro de 1970. Belém: UFPA, 1970. In: MENDES, Armando Dias. *A cidadela transversa*. 2. ed. rev. aum. Brasília, 2011. 1 CD-ROM. *Fac-simile*.

UN - United Nations/General Assembly. *Report of the World Commission on Environment and Development “Our Common Future.”* UN, 1987. Disponível em: https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/UN%20WCED%201987%20Brundtland%20Report.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

UNEP - United Nations Environmental Programme. *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*. UNEP, 1972. Disponível em: https://www.soas.ac.uk/cedep-demos/000_P514_IEL_K3736-Demo/treaties/media/1972%20Stockholm%201972%20-%20Declaration%20of%20the%20United%20Nations%20Conference%20on%20the%20Human%20Environment%20-%20UNEP.pdf. Acesso em: 9 abr. 2019.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Cátedras UNESCO no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2008.

UNESCO – United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization. *Higher education in the twenty-first century: vision and action – World Conference on Higher Education Final Report*. Paris: UNESCO, 1998.